



Protestantismo em Revista é licenciada
sob uma Licença Creative Commons.

Quadrinhos e charges de Angelo Agostini educando na perspectiva abolicionista

Angelo Agostini's comics and cartoons, educating in a abolitionist perspective

*Edilson Fernandes de Souza**

*Thiago Vasconcellos Modenesi***

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar os quadrinhos e as charges como fontes de pesquisa e instrumentos educativos, que exerceram gradativamente influência na formação de opinião na sociedade escravocrata. As fontes utilizadas estão disponíveis na Revista *Illustrada* de onde extraímos um conjunto de edições que fizeram menção gráfica e escrita ao tema da abolição. A partir dessas fontes, analisamos a formação do ideário abolicionista como um processo educativo, algo que contagiou parte da elite da época, até os mais humildes e alijados da Corte, tornando-se um movimento que, embora não de maneira intencional, acabou por envolver parcela do povo.

Palavras-chave

Charges. Educação. Abolição.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the comics and the cartoons as sources of research and educational tools, which gradually exerted influence on opinion formation in the slave society. The sources used are available in the *Journal Illustrada* from which we extract a set of issues that made mention graphical and written to the issue of abolition. From these sources, we analyze the formation of abolitionist ideas as an educational process, which infected the elite of the time, even the most humble and jettisoned the

[Texto recebido junho de 2015 e aceito em julho de 2015, com base na avaliação cega por pares realizada por pareceristas ad hoc]

* Possui Pós-doutorado em Sociologia pela Universidade do Porto-Portugal. Doutor em Educação Física/Estudos do Lazer, com ênfase em História e Sociologia do Esporte e Lazer pela Universidade Estadual de Campinas (1998), SP, Brasil. Mestre em Educação Física e Cultura/ Imaginário Social e Atividades Corporais pela Universidade Gama Filho (1995), Rio de Janeiro, RS, Brasil. Atualmente é professor Associado 2 da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. E-mail: prof.edilson@gmail.com

** Licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2002) com Especialização em Ensino de História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE (2007), Mestrado (2012) e Doutorado (2015) em Educação, ambos pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. Professor da Faculdade dos Guararapes - Laureate. E-mail: thiagomodenesi@hotmail.com

Court, becoming a movement which, though not intentionally, turned out to involve portion of the people.

Keywords

Cartoons. Education. Abolition.

Considerações Iniciais

Este artigo analisa os quadrinhos e as charges como fontes de pesquisa e instrumentos educativos, que exerceram gradativamente influência na formação de opinião na sociedade escravocrata. As fontes utilizadas estão disponíveis na Revista Ilustrada de onde extraímos um conjunto de edições que fizeram menção gráfica e escrita ao tema da abolição. Além disso, autores como Norbert Elias,¹ Cardoso,² Maringoni,³ Cavalcanti,⁴ e entre outros, Werner,⁵ nos ajudam a compreender os conceitos de educação e civilização, charges, histórias em quadrinhos e caricaturas, bem como situar historicamente o Segundo Reinado no Brasil, sua conjuntura política e contradições que levaram ao surgimento gradual de uma nova configuração social.

As histórias em quadrinhos e charges de Angelo Agostini, em particular as publicadas no Segundo Reinado do Império do Brasil, foram parte da movimentação pela abolição feita por intelectuais e artistas nas mais diversas áreas e setores da Corte. Esses atores queriam a superação dessa prática escravocrata que estava intrinsecamente ligada ao modelo econômico de nosso país, defasado em relação à Europa que dava os passos no caminho capitalista.

Educação para a Abolição

O Brasil foi um dos países onde a prática da escravidão foi longa e sua abolição um processo de lutas e conquistas graduais dentro da Corte e com repercussão em todo o país. A formação da corrente abolicionista atraiu parte da elite da época que se reunia nos cafés e era influenciada pelas opiniões que chegavam da Europa. Somando-se a isso, uma parcela do povo menos letrada e sem oportunidade de acesso à escola acabou tomando partido pelas críticas ao Imperador e ao regime vigente.

As charges e histórias em quadrinhos que eram publicadas nas revistas que circularam no país no século XIX foram parte dos instrumentos que possibilitaram esse

¹ ELIAS, Norbert. *Processo civilizador: Uma história dos costumes*, volume I. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.

² CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravidão e Abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1988.

³ MARINGONI, Gilberto. *Angelo Agostini: A Imprensa Ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864 - 1910*. São Paulo: Editora Devir, 2011.

⁴ CAVALCANTI, Carlos Manoel de Hollanda. *Ângelo Agostini e seu "Zé Caipora" entre a Corte e a República. História, imagem e narrativas*, Nº 3, ano 2, setembro/2006 - ISSN 1808-9895 (pesquisada em 10 de dezembro de 2010).

⁵ WERNER, Jaeger. *Paideia*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

acontecimento. Esses impressos permitiam que os menos abastados tivessem contato com a opinião dos letrados e fossem se inserindo na luta pela abolição. As charges e quadrinhos colaboravam para que se chegasse a um público mais largo do que o que tinha acesso à escola tradicional. Logo, nosso artigo estuda as charges e histórias em quadrinhos publicadas na imprensa brasileira e que circulava no Segundo Reinado do Império do Brasil, em particular as da Revista *Illustrada* feitas por Angelo Agostini, desde o surgimento da revista, até o fim da escravidão, ou seja, entre 1876 e 1888, que coincide com o período em que Angelo Agostini vai à Europa.

Essas fontes encontram-se no Arquivo Público do Rio de Janeiro e em edição fac-símile digital produzida por pesquisadores da Unicamp. Ao nos debruçar sobre o que foi publicado na Revista, desenvolvemos uma análise a partir da perspectiva que Norbert Elias possui sobre civilização e as possibilidades que nosso objeto de pesquisa carrega como uma ferramenta utilizada na educação. Entendemos a mesma como algo que não se encerra nas edificações escolares ou sistemas institucionais para essa finalidade, conforme assinalado nos pressupostos de Werner.⁶ Além disso, nos apoiamos na importância das imagens e nas suas potencialidades junto aos que não eram plenamente letrados, e discutimos a função imagética e as possibilidades de formação que esses instrumentos visuais carregam. Mesmo considerando as limitações deste artigo, tentamos responder à seguinte pergunta: *como as charges e histórias em quadrinhos deram acesso ao ideário abolicionista a parcelas da sociedade imperial, inclusive as menos letradas ou não letradas no Segundo Reinado do Império?*

Para responder a essa questão, fizemos um levantamento da primeira edição, que data de 1876, até a edição 565 de janeiro de 1889 da Revista *Illustrada*, como já dissemos. Essa escolha coincide com o primeiro dia do ano de 1876, até o exemplar onde aparece pela primeira vez um negro depois da abolição da Escravidão no Brasil, além de ser o último que Angelo Agostini desenha antes de partir para Europa. As ilustrações de Angelo Agostini nos dão a possibilidade de construção de novos conceitos a partir da veiculação e interpretação da arte e do que ela se propõe por parte daqueles que as leem, mesmo não sendo letrados, num período em que poucos decodificavam as letras que circulavam na imprensa. Isso corrobora, também, para a compreensão do que podemos chamar de educação não formal, e para o entendimento de que a educação não se restringe às escolas, como lugar exclusivo de aprendizado e formação de opinião.

Ao enxergar o efeito de charges e histórias em quadrinhos, sobre aqueles que eram a parte *outsider*⁷ do sistema oficial de ensino e da configuração de maior poder do Império, temos contato com as consequências que surtiram efeito ao ajudar na percepção imagética do ideário abolicionista para além da Corte.

⁶ WERNER, 2010.

⁷ Segundo Elias, estes são os aliados do poder majoritário, econômico e político, e vivem em permanente tensão em conflito para modificar o equilíbrio de poder.

A teoria de Norbert Elias, no que diz respeito ao processo civilizador em particular, nos ajuda a entender a gradual perda de poder da configuração da monarquia, bem como sua relação com as configurações escravocratas e abolicionistas.⁸ Nos estudos do autor destaca-se à sutileza e a longa duração que o mesmo vê nos processos históricos e como são parte somatória não consciente da ação de pessoas que, consciente ou não, dão materialidade a novas instituições e formações que, na maioria das vezes, não haviam sido planejadas.

Norbert Elias retrata as relações intraclasses e extraclasses existentes na construção do que hoje chamamos civilização. No seu livro *O Processo Civilizador*, volume I, se destaca como situa historicamente o processo de edificação de civilizações e a sua capacidade de estudar as contradições que existem dentro de um mesmo setor, uma mesma classe social, uma mesma configuração. Seu estudo é centrado, obviamente, na Europa, onde o fenômeno ocorre com muita força. Mas, também, é possível aplicarmos em outros lugares, a exemplo do Brasil e o movimento abolicionista brasileiro, pensado pelas elites que buscaram evitar a participação mais larga do povo, mas, mesmo sem querer, tiveram que conviver com a tomada de consciência mais elevada por parte dos negros e participação de brancos não letrados nesse processo.

Dito isso, identificamos as contradições que existiam na elite do Império que vai, gradativamente, se contaminando pelo ideário abolicionista. Esse fenômeno não ocorre isoladamente, isso se dá vinculado ao desenvolvimento nos menos letrados, nos que estavam fora da elite da época, do sentimento de superação do Império junto com a construção de uma corrente abolicionista que perpassou todos os segmentos sociais do período. Essas mudanças, com o aumento de força gradual das ideias pró-abolição, ocorrendo província após província, com atitudes de alforria tomadas por vários senhores de escravo e repercutidas na imprensa, em particular nos desenhos de Agostini, foram educando e apontando um rumo para a parcela mais larga do povo no Império.

A teoria eliasiana nos permitiu entender o funcionamento e a evolução do conceito de civilização, da inclusão gradual de conceitos, hábitos e práticas na sociedade brasileira, passando a fazer parte do cotidiano em um processo de longo prazo. Elias esclarece ainda, que civilização não significa a mesma coisa para diferentes nações do Ocidente, cita inclusive as diferenças de ingleses e franceses perante esse conceito e que os mecanismos de progresso social também diferem nos dois países.⁹ Isso se dá com o ideário abolicionista também, através do hábito de leitura das charges e histórias em quadrinhos que foram ganhando força e espaços entre os formadores de opinião e as parcelas mais largas do povo.

⁸ ELIAS, 1990.

⁹ ELIAS, 1990.

Aqui também cabe o papel que todos exercem sobre si mesmos e os outros, indo ao encontro da ideia de uma sociedade egocêntrica. Ao invés de ver os indivíduos no centro de tudo, Elias valoriza a influência que todos exercem sobre todos, se dando aqui seu conceito de força, que enxerga os seres humanos como valências abertas, colaborando na nossa tese de que o ideário abolicionista assim se construiu para além dos que estavam na configuração de Corte.¹⁰ Contudo, mesmo na Corte brasileira, havia setores descontentes com as práticas escravocratas, o que corroborava com transformações graduais, que ocorriam lentamente no interior dessa configuração social, tornando-se características e marcas nacionais.

A Corte era uma das configurações sociais de destaque no período do Brasil Império. Era a partir dela que se realizavam muitas das decisões e normas que regulavam a nossa sociedade naquela época. Apesar da Corte ter elementos normativos; comportamentos, tipos de relações que a configuravam como tal, isso não a deixava isolada das demais configurações sociais do Império. Na perspectiva de configuração e valências abertas, discutidas por Elias,¹¹ um figurante da Corte, por exemplo, poderia transitar noutros espaços sociais e, de alguma forma, influenciá-los e ser influenciado por ideias de intolerância e repugnância quanto à escravidão, como podemos identificar na imagem abaixo:

¹⁰ ELIAS, 1990.

¹¹ ELIAS, 1990.

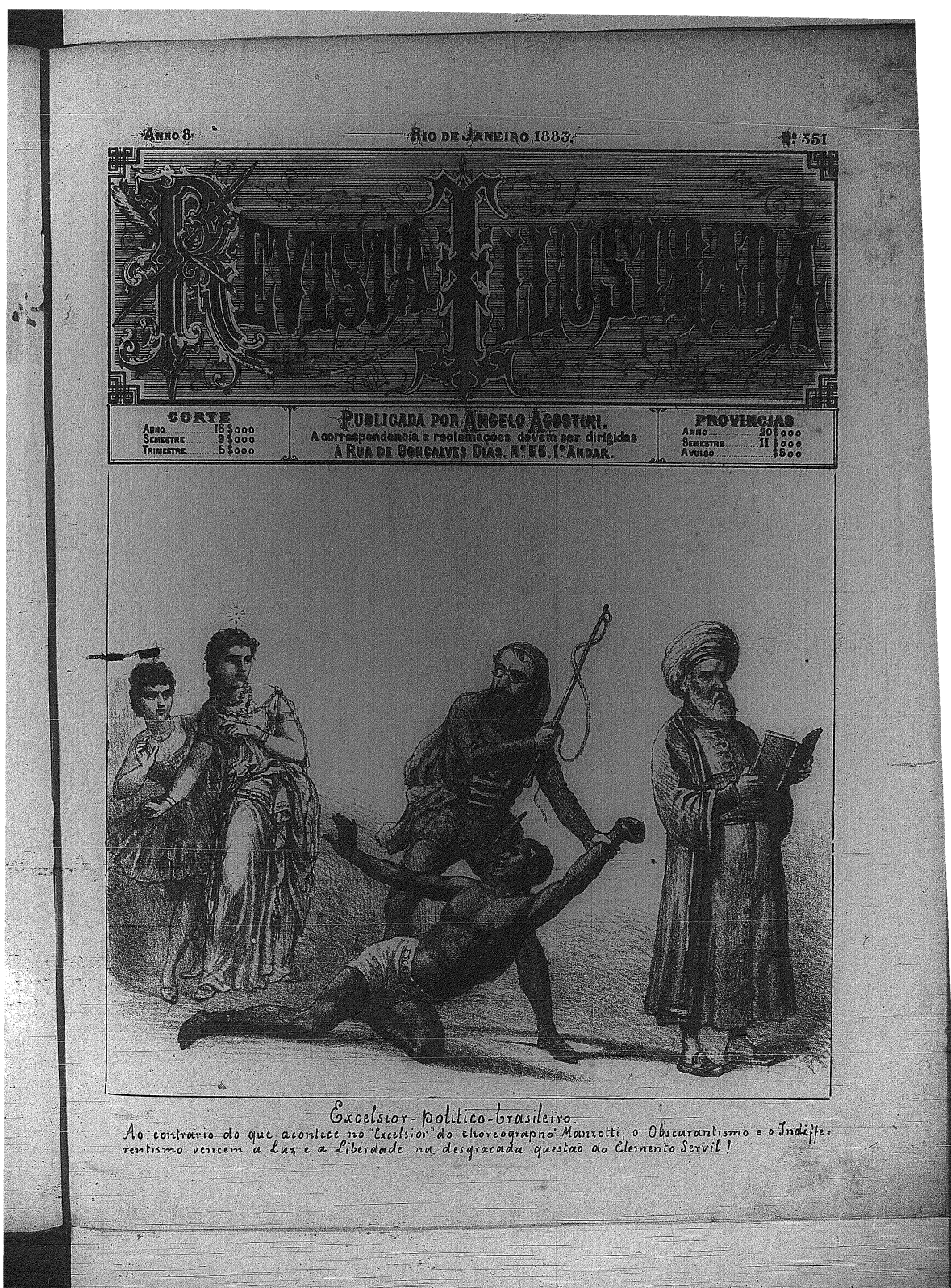


Figura 1 Capa da Revista Illustrada 351 de 1883¹²

Essa imagem retrata bem a ideia de desconforto para com as práticas escravistas e a influência do ideário abolicionista em mão dupla: Corte e povo. Como exemplo dessas

¹² Lê-se abaixo da ilustração: " Ao contrario do que acontece no "Excelsior" do choreographo Manzotti, o Obscurantismo e o Indifferentismo vencem a Luz e a Liberdade na desgraçada questao do elemento servil".

influências em via de mão dupla, há o ideário abolicionista que adentrava e se fortalecia gradativamente na própria Corte. E, de alguma forma, as charges e histórias em quadrinhos tiveram um papel importante dentro do contexto discutido, como é possível verificar no registro acima.

Aqui discutimos uma mudança gradual, muito específica, que aconteceu no Brasil no século XIX. O fizemos na perspectiva de analisar uma configuração com raízes seculares, com hábitos formados, com características consolidadas ao ponto de refletir para além dos muros da Corte, e que foi gradualmente sendo alterada em função da conjuntura externa. Esses aspectos são processos sociais de longo prazo, com raízes históricas no continente europeu, notadamente pela proximidade e presença portuguesa. Tais aspectos figuracionais faziam parte da teia de interdependência, onde as ideias que circulavam na Europa também chegavam ao Brasil, alterando o comportamento social.

As ideias abolicionistas que circulavam pela imprensa na Europa, ao chegarem ao Brasil, encontraram um país em diferentes fases de desenvolvimento, com grande presença da economia agrícola nos sustentáculos do Império, e conseqüentemente ligações com a escravidão. Uma população majoritariamente analfabeta, com mais dificuldade de “ler” as novas opiniões que vinham do velho continente. Isso foi marcante, também, na forma com que a imprensa chega ao Brasil, cumprindo a função de publicar inicialmente jornais e não livros, em sintonia com o tipo de público que possuíamos, com elevado número de não letrados.

Em uma sociedade com essas características, a força das imagens tende a ter impacto significativo. As possibilidades criadas pela informação que circulava de maneira impressa, através dos desenhos sequenciados nas histórias em quadrinhos e das paródias exageradas das charges, motivavam uma carga pró-abolição que se juntava a outras manifestações aliadas aos discursos de intelectuais e artistas. As artes gráficas, por exemplo, principalmente quando apoiadas no prestígio de quem as fazia, no caso Angelo Agostini, passavam a dialogar com as funções imagéticas da sociedade da época. As ilustrações de Agostini tiveram impacto na Corte, potencializando o que já se debatia nos cafés e nas praças, mas também o faziam para além dela, como relatam vários historiadores que percebem a relevância dos artistas gráficos no movimento pró-abolição. De qualquer modo, as pessoas têm disposição a receber a informação imagética. As imagens falam, se movimentam, transmitem uma opinião para quem as encara, as admira. O tipo de recepção, o nível de “leitura” da informação varia de pessoa para pessoa, de receptor para receptor, mas uma mensagem é transmitida, essa representa uma opinião.

Ao transmitir uma opinião, uma mensagem, a ilustração passa a ter a função de tornar conhecida uma ideia construída coletivamente e materializada na ponta do pincel do desenhista. As ideias da Sociedade Abolicionista representadas por Agostini eram materializadas e transmitidas aos seus leitores letrados e não letrados. Assim, Agostini

passava a informação da maneira que mais sabia. Da maneira que podia e que gostava passar a informação para quem lia os textos que vinham abaixo das ilustrações, mas também o fazia para quem só podia admirá-las, a grande maioria da população no período.

Agostini participava ativamente da circulação de novas ideias, da formação de uma nova opinião que propunha mudança de comportamento para outra configuração social. As novas ideias estavam se fortalecendo, sendo debatidas em várias províncias, tendo como pano de fundo a retratação da configuração de Corte. As charges de Agostini satirizavam os comportamentos e hábitos da Corte, e expunham as distorções do mundo arcaico em relação ao mundo moderno, de modo que todos podiam ver as imagens, o que ajudava a parcelas maiores da população a saberem o que se passava em sua volta. Isso demonstrava a disposição do autor de exibir também o contexto nacional e internacional.

O contexto do que era a Corte na época colaborava no entendimento do marco em que a escravidão estava situada, no contexto que suportava, ainda, algo que era atrasado e conservador para as referências de certo e justo que havia se alterado na Europa e pressionavam, através da influência das ideias que vinham da Europa pelos imigrantes, comerciantes e intelectuais, como podemos observar na próxima imagem.

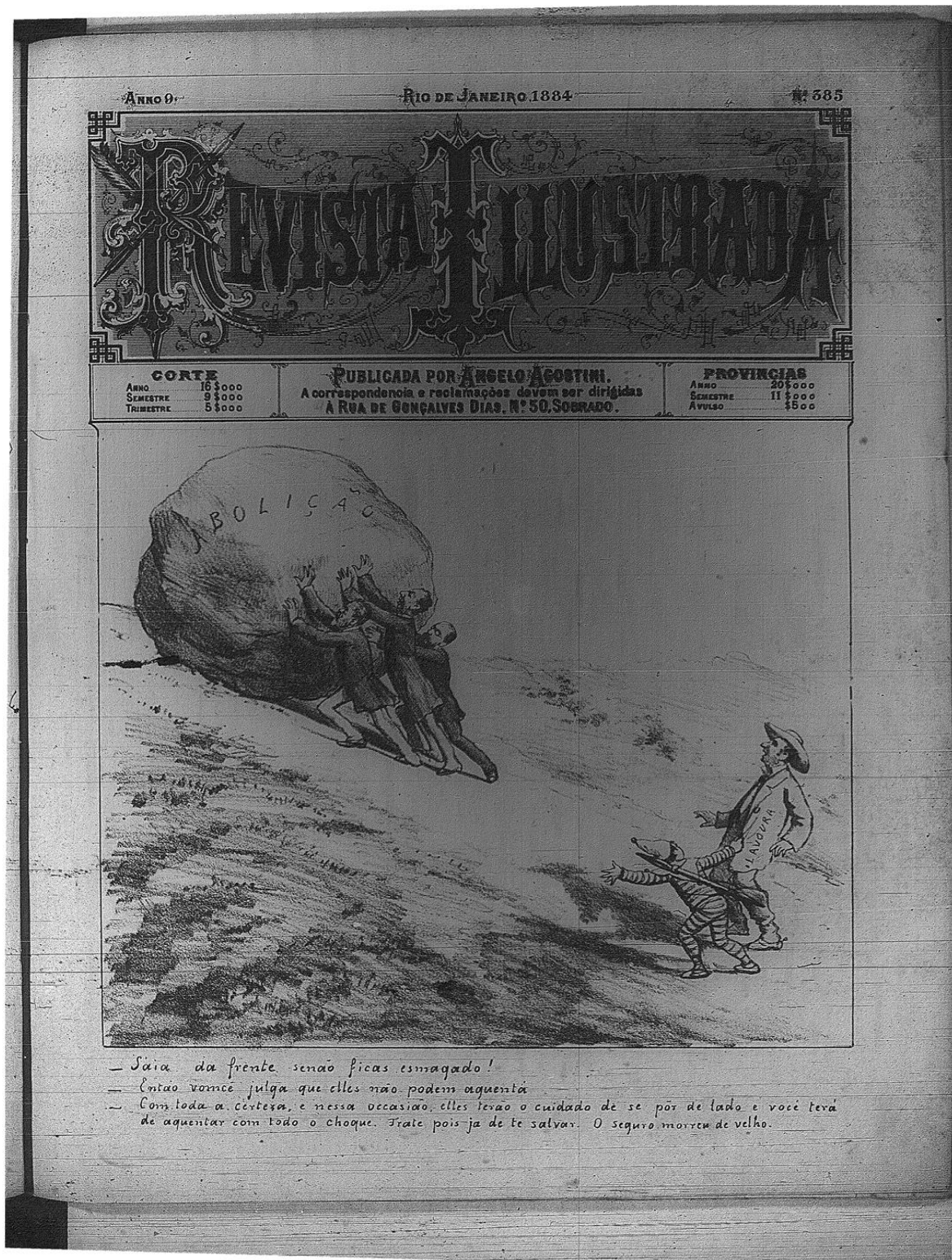


Figura 2 Capa da Revista Illustrada 385 de 1884¹³

A partir das publicações como essa, os indivíduos dos grandes centros urbanos estavam se sentindo incomodados, porque estavam fora do padrão de referência do que

¹³ Lê-se abaixo da ilustração: “ – Sai da frente senão ficas esmagado!
- Então vomcê julga que elles não podem aguentá
- Com toda certeza, e nessa ocasião, elles terao o cuidado de se por de lado e você terá de aguentar com todo o choque. Trate pois já de te salvar. O seguro morreu de velho.

era correto, do que era moderno e avançado nas sociedades dos países ditos civilizados da época. Já os escravos e os que estavam à margem, provavelmente, viam nas charges a possibilidade de mudança, mesmo apoiados nos interesses que não os seus, de participarem do novo, de se beneficiarem da situação.

Agostini quadrinizava os maus tratos dos escravos denunciando essa prática, classificando como desumana e atrasada. Para ter contato com o novo, entre outras coisas, o fazia nas charges e histórias em quadrinhos a partir da ótica do que era civilizado. É perceptível essa atitude do Agostini, ao retratar província após província, o novo e a abolição se espalhando pela Corte, e os que ainda não fizeram, sendo mais e mais pressionados pelas informações veiculadas na imprensa e materializadas nos desenhos.

Considerações Finais

A partir das fontes analisadas é possível entendermos que foi se criando um movimento apoiado na ideia de civilidade. Uma teoria do porquê as práticas de escravidão não cabiam mais nesse Brasil. Vai-se mudando, também, o conceito do que é correto e civilizado. Isso se faz educando, formando, em um processo largo, de muitos anos, que foi o que durou a construção da definitiva libertação de escravos em nosso país. As charges e histórias em quadrinhos não só apresentavam a divergência ao regime escravocrata, como também eram códigos que expressavam a novidade, faziam parte do novo em muitos sentidos, colaboraram e se fortaleceram como um veículo de opinião contrária ao regime escravista, de formação, de educação e civilidade.

O processo de construção da referência de justo e certo, da referência de civilizado em nosso país carregava consigo a peculiaridade de uma nação com dependência agrícola e analfabetos em larga escala, como já dissemos. Neste contexto, a construção de novas ideias e o processo educativo de superação de ideias seculares e consolidadas precisavam dialogar com esse público, com esse Brasil. O faziam nas charges e histórias em quadrinhos, que iam cotidianamente participando da superação da realidade onde a escravidão era vista como uma necessidade, como algo intrínseco ao sistema.

Essa separação de senhores agrícolas e a economia da época, sempre tão ligada à nação, a sociedade, ao conceito de civilizado, se deu em um processo histórico longo, de disputa, com avanços e retrocessos. Exemplo disso foi a maneira com que foi aprovada a Lei do Sexagenário, clara demonstração que os senhores agrícolas não haviam perdido o poder e sua influência na Corte.

As ilustrações de Agostini sempre se fizeram presentes, não foram decisivas sozinhas, mas também não foram irrelevantes. Fizeram parte de um panorama mudancista e da construção do conceito de aversão para com as práticas violentas de

escravidão. Educaram no sentido do civilizado para o Brasil da segunda metade do século XIX não permitir esse tipo de relação de poder.

Este artigo tratou a educação como algo que não se encerra na relação cotidiana entre docentes e discentes, e muito menos na perspectiva das instituições educacionais. Buscou, portanto, colaborar com novas fontes, novas formas de ver o processo educativo e de entender cada vez mais plenamente a construção da civilização brasileira com o fim das práticas de escravidão, uma marca forte que ia de encontro às referências do certo, democrático e civilizado naquele período do século XIX. Buscamos também valorizar o estudo dos quadrinhos e charges, a importância ainda relativamente pouco explorada que essa forma que dialoga texto e imagem tem sido tratada na academia.

O potencial dessas modalidades de ilustração pode contribuir e muito no melhor entendimento dos períodos históricos com deficiência de registros confiáveis, para além dos oficiais, podem nos mostrar desde vestimentas, hábitos até problemas do cotidiano. Agostini fez isso, e muitos outros em muitas províncias também o fizeram. Os trabalhos de Agostini demonstraram ser uma das chaves para a compreensão do processo de longa duração histórica que levou para superar a escravidão no Brasil e as novas ideias que chegavam da Europa, e aqui precisavam se consolidar.

Essa é nossa colaboração para melhor entender o Império, o fim da escravidão, e a análise, embora sucinta, da corrente abolicionista a partir da educação de setores da Corte e dos menos letrados com as charges e histórias em quadrinhos de Angelo Agostini.

Referências

Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional – Revista *Ilustrada*, edições de janeiro de 1876 a dezembro de 1889.

CAVALCANTI, Carlos Manoel de Hollanda. Ângelo Agostini e seu “Zé Caipora” entre a Corte e a República. *História, imagem e narrativas*, Nº 3, ano 2, setembro/2006 – ISSN 1808-9895 (pesquisada em 10 de dezembro de 2010).

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravidão e Abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1988.

ELIAS, Norbert. *Processo civilizador: Uma história dos costumes*, volume I. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.

MARINGONI, Gilberto. *Angelo Agostini: A Imprensa Ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864 – 1910*. São Paulo: Editora Devir, 2011.

WERNER, Jaeger. *Paideia*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.